



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

Concurso Público para provimento de vagas
Agente de Polícia Civil

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A educação conduz para melhoria da qualidade de vida do povo.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto seguinte.

Ações e limites

Quem nunca ouviu a frase “Conte até dez antes de agir”? Não é comum que se respeite esse conselho, somos tentados a dar livre vazão aos nossos impulsos, mas a recomendação tem sua utilidade: dez segundos são um tempo precioso, podem ser a diferença entre o ato irracional e a prudência, entre o abismo e a ponte para um outro lado. Entre as pessoas, como entre os grupos ou grandes comunidades, pode ser necessário abrir esse momento de reflexão e diplomacia, que antecede e costuma evitar os desastres irreparáveis.

Tudo está em reconhecer os limites, os nossos e os alheios. Desse reconhecimento difícil depende nossa humanidade. Dar a si mesmo e ao outro um tempo mínimo de consideração e análise, antes de irromper em fúria sem volta, é parte do esforço civilizatório que combate a barbárie. A racionalidade aceita e convocada para moderar o tumulto passional dificilmente traz algum arrependimento. Cansamo-nos de ouvir: “Eu não sabia o que estava fazendo naquela hora”. Pois os dez segundos existem exatamente para nos dar a oportunidade de saber.

O Direito distingue, é verdade, o crime praticado sob “violenta emoção” daquele “friamente premeditado”. Há, sim, atenuantes para quem age criminosamente sob o impulso do ódio. Mas melhor seria se não houvesse crime algum, porque alguém se convenceu da importância de contar até dez.

(Décio de Arruda Tolentino, inédito)

1. A recomendação de se distinguir *entre o ato irracional e a prudência*, no primeiro parágrafo, é retomada nesta outra formulação do texto:
 - (A) *Não é comum que se respeite esse conselho* (1º parágrafo).
 - (B) *Tudo está em reconhecer os limites, os nossos e os alheios* (2º parágrafo).
 - (C) *é parte do esforço civilizatório que combate a barbárie* (2º parágrafo).
 - (D) *consideração e análise, antes de irromper em fúria sem volta* (2º parágrafo).
 - (E) *atenuantes para quem age criminosamente sob o impulso do ódio* (3º parágrafo).

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *nos dar a oportunidade de saber* (2º parágrafo) // ensejar-nos a ocasião de ter ciência
 - (B) *antecede [...] os desastres irreparáveis* (1º parágrafo) // precede os sobressaltos desconcertados
 - (C) *é parte do esforço civilizatório* (2º parágrafo) // participa do arremedo cultural
 - (D) *convocada para moderar* (2º parágrafo) // instaurada para mediar
 - (E) *dar livre vazão aos nossos impulsos* (1º parágrafo) // impulsionar nossos desejos

3. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Não ocorrendo algum espaço de tempo entre o nosso impulso instintivo e alguma reflexão, incorreremos na violência da absoluta irracionalidade.
 - (B) A menos que se deixe haver um momento de reflexão, é forte nosso risco de se arrepender por conta da natureza dos nossos instintos.
 - (C) Os que se deixam levar pelas emoções, via de regra irão se arrepender por conta do gesto irrefletido de cujos efeitos serão abalados.
 - (D) Não fossem aqueles segundos necessários à uma boa avaliação, muitos se arrependeriam por se haver deixados dominar pelos impulsos de fúria.
 - (E) Seremos mártires de nossos próprios impulsos, no caso de nos pormos à prova de barbárie, quando respondemos de forma instintiva a uma provocação.



4. Considere estas orações:

Os impulsos instintivos são brutais.
A irracionalidade marca os impulsos instintivos.
Precisamos dominar nossos impulsos instintivos.

As orações acima estão articuladas, de modo claro, coerente e correto, no seguinte período:

- (A) Dado que os instintos sejam brutais, em razão de sua irracionalidade, sendo necessário que nos urge dominá-los.
- (B) Os brutais impulsos instintivos caracterizam-se pela irracionalidade, motivo pelo qual se impõe que os dominemos.
- (C) Urge que venhamos a dominar aos nossos impulsos instintivos, conquanto marcam nossa brutalidade.
- (D) O domínio dos impulsos instintivos mais brutais precisam de se impor diante de sua irracionalidade.
- (E) Sendo brutais, os impulsos instintivos cuja a marca é a irracionalidade, impõe-se que sejam dominados.

5. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:

- (A) Dez segundos entre a reação e a decisão (**poder**) representar a diferença entre a civilização e a barbárie.
- (B) As palavras *abismo* e *ponte*, empregadas de modo expressivo, (**constituir**) uma relação de antítese ou oposição.
- (C) A distinção entre violenta emoção e premeditada violência (**implicar**) consideráveis abrandamentos na penalidade.
- (D) Não (**cabere**), aos violentos reincidentes, invocar razões de súbita emoção a cada crime que cometam.
- (E) Depois que se (**deixar**) dominar pelos selvagens instintos, não há como o homem violento reparar sua brutalidade.

Atenção: As questões de números 6 a 8 referem-se ao texto seguinte.

O lugar-comum

O lugar-comum, ou chavão, nos faculta falar e pensar sem esforço. Ninguém é levado a sério com ideias originais, que desafiam nossa preguiça. Ouvem-se aqui e ali frases como esta, dita ainda ontem por um político:

– Este país não fugirá de seu destino histórico!

O sucesso de tais tiradas é sempre infalível, embora os mais espertos possam desconfiar que elas não querem dizer coisa alguma. Pois nada foge mesmo ao seu destino histórico, seja um império que desaba ou uma barata esmagada.

(Adaptado de: QUINTANA, Mário. **Caderno H**. Porto Alegre: Globo, 1973, p. 52)

6. Segundo o escritor Mário Quintana, é próprio do lugar-comum

- (A) acionar os mais espertos para que estes venham a descobrir o significado que o chavão costuma encerrar.
- (B) deixar-se impregnar de um tipo de originalidade que acaba enfadando as pessoas mais acomodadas.
- (C) dever o sucesso de sua propagação ao fato de parecer dizer muito quando na realidade nada significa.
- (D) provocar em quem o ouça uma reação positiva, marcada pela surpresa do ineditismo de sua formulação.
- (E) atuar sobre nós como uma forma concentrada de sabedoria, que a poucos se dá a compreender.

7. Há construção verbal na **voz passiva** e adequada articulação entre **tempos e modos verbais** na frase:

- (A) Se queremos falar e pensar sem muito esforço, deveríamos ter-nos esforçado para cultivar os lugares-comuns.
- (B) Frases como a indicada no texto são capazes de nos convencer de sua sabedoria, ainda quando nada tivessem a dizer.
- (C) Ao localizar a força de um lugar-comum na fala de um político, o autor do texto mostraria certa aversão a determinados discursos.
- (D) Ainda que não tivessem qualquer profundidade, os chavões que ele diz acabariam por encantar seus ingênuos ouvintes.
- (E) Se quisermos que a nossa preguiça não venha a ser desafiada por alguma expressão original, recorramos à mesmice dos chavões.

8. No segmento

- (A) *Ninguém é levado a sério com ideias originais, que desafiam nossa preguiça*, a exclusão da vírgula altera o sentido da frase.
- (B) *O lugar-comum, ou chavão, nos faculta falar e pensar sem esforço*, o elemento sublinhado tem o mesmo sentido de **involuntariamente**.
- (C) *Ouvem-se aqui e ali frases como esta*, a forma verbal é exemplo de voz **ativa**.
- (D) *embora os mais espertos possam desconfiar*, o elemento sublinhado tem o mesmo valor semântico de **uma vez que**.
- (E) *nada foge mesmo ao seu destino histórico*, a substituição de *foge* por **se exclui** permite manter o restante da frase tal e qual se apresenta.

**História e Geografia do Amapá**

9. Dentre as iniciativas de desenvolvimento econômico do Amapá com preocupação de preservação ambiental, no século XX, podemos citar
- (A) a regulamentação da Zona Franca Verde, que favoreceu a exportação para a indústria de cosméticos e de fitoterápicos.
 - (B) a inauguração da Rodovia Perimetral Norte, que interligou Amazonas, Pará, Amapá e Roraima, sem prejudicar as reservas indígenas.
 - (C) o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, que estimulou a exportação de produtos derivados da castanha.
 - (D) a criação do Parque Amazônico do Amapá, que ocupa mais da metade do Estado e abriga a agricultura familiar.
 - (E) o reconhecimento internacional conferido ao Complexo Minerador do Amapá, que recuperou todas as áreas prejudicadas pela extração de minérios.
-
10. Durante o movimento social conhecido como Cabanagem, houve a
- (A) tomada, por parte dos rebeldes, da cidade de Belém, onde foi constituído um governo republicano, que proclamou a independência do Grão Pará com apoio de Portugal e Inglaterra.
 - (B) morte de milhares de pessoas, a maioria delas provenientes das classes mais desfavorecidas, ao longo de cinco anos de violentos conflitos que se espalharam pelas principais cidades da região norte.
 - (C) pronta adesão das autoridades locais amapaenses às propostas dos cabanos, o que obrigou o governo federal a combater com prioridade o núcleo dirigente do movimento, estabelecido em Macapá.
 - (D) condução das massas revoltosas por padres católicos e líderes messiânicos, que defendiam a instituição de uma nova monarquia sem relações com o Vaticano, que garantisse melhores condições de vida para os pobres.
 - (E) defesa dos princípios da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – junto com o consenso de que se deveria formar um governo exclusivamente popular, sem a participação das elites.
-
11. A criação de Territórios Federais no Brasil, dentre os quais se encontrava o Território Federal do Amapá, foi uma decisão que
- (A) partiu de uma condição do governo norte-americano para continuar a auxiliar o Brasil economicamente, pois tinha interesse na instalação de bases militares nessas áreas.
 - (B) incorporou áreas pertencentes a países vizinhos aos limites territoriais brasileiro, uma vez que suas populações, por meio de plebiscitos, expressaram sua preferência por viver sob a legislação e o governo brasileiro.
 - (C) transformou algumas áreas pertencentes a Estados já existentes (caso do Amapá, antes vinculado ao Pará) em unidades federativas autônomas, com governos próprios e eleitos democraticamente.
 - (D) repercutiu a visão, em um contexto de guerra, de que isso contribuiria para a defesa da Nação, por serem áreas de fronteira que passariam a contar com o controle e a interferência direta do governo federal.
 - (E) traduziu o projeto governamental de solução do problema do “vazio demográfico”, uma vez que não havia população nessas áreas e o governo federal pretendia pôr em prática seu desenvolvimento.
-
12. Sobre a hidrografia do Amapá, é correto afirmar que o rio
- (A) Matapi apresenta a segunda bacia hidrográfica do Amapá em extensão.
 - (B) Araguari pertence à bacia Amazônica e tem sua foz nas proximidades da ilha de Marajó.
 - (C) Oiapoque atravessa área de relevo movimentado da serra do Tumucumaque.
 - (D) Pedreira é afluente do rio Araguari e é importante porque banha a Serra do Navio.
 - (E) Jari é divisa natural com o Estado do Pará e faz parte da bacia Amazônica.
-
13. Considere as características demográficas:
- I. Predomínio da população em idade adulta, entre 20 e 59 anos.
 - II. Forte presença da população na zona rural.
 - III. População indígena representa 15% da população total.
 - IV. Altas taxas de natalidade e fecundidade.
 - V. Aumento da expectativa de vida da população.
- Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2015, a população do Amapá reunia APENAS as características
- (A) II, III e V.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e V.
 - (D) I, IV e V.
 - (E) II, III e IV.



14. A Zona Franca Verde é

- (A) a formação de corredores de proteção ambiental em áreas onde a biodiversidade esteja comprometida.
- (B) o incentivo do Governo Federal para produção industrial de bens com predomínio de matérias-primas de origem regional.
- (C) a regulamentação das áreas agrícolas destinadas a acolher agricultores especializados em cultivos orgânicos.
- (D) a ampliação do desenvolvimento sustentável nas áreas de maior concentração de pecuária bubalina.
- (E) o fortalecimento da agricultura familiar, necessária para tornar o Estado autossuficiente nos produtos da cesta básica.

Conhecimentos Gerais (Atualidades)

15. O presidente Michel Temer sancionou em 24 de maio o projeto da nova Lei da Migração. O texto será publicado no dia 25, no Diário Oficial da União.

(Adaptado de: <http://brasil.estadao.com.br>)

Sobre a lei da Migração são feitas as seguintes afirmações:

- I. À semelhança do Estatuto do Estrangeiro, da década de 1980, a nova lei está voltada para a segurança nacional.
- II. A nova lei determina a existência de um visto temporário para pessoas que precisam fugir dos países de origem, mas que não se enquadram na lei do refúgio.
- III. A lei acaba com a proibição e garante o direito do imigrante de se associar a reuniões políticas e sindicatos.
- IV. Para especialistas, a legislação endurece o tratamento para os imigrantes, o que fere os direitos humanos e incentiva a xenofobia.

Está correto somente o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

16. A economia brasileira voltou a crescer após oito trimestres seguidos de queda. Nos três primeiros meses de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) avançou 1,0% em relação ao 4º trimestre do ano passado, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(Adaptado de: <http://g1.globo.com>)

Um dos fatores que contribuiu para o crescimento do PIB foi a

- (A) expansão dos setores do comércio e de serviços.
- (B) redução do desemprego e do trabalho informal.
- (C) manutenção das taxas básicas de juros.
- (D) expressiva expansão do agronegócio.
- (E) ampliação dos gastos do governo.

17. A Lei da Terceirização, foi sancionada pelo presidente Michel Temer, em 31 de março. Essa lei dispõe que:

- I. A terceirização poderá ser aplicada a qualquer atividade da empresa, tanto atividade-meio como atividade-fim.
- II. O tempo de duração do trabalho temporário não deve ultrapassar três meses ou 90 dias.
- III. Após o término do contrato, o trabalhador temporário só poderá prestar novamente o mesmo tipo de serviço à empresa após esperar três meses.

Está correto somente o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

18. O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou no dia 1 de junho de 2017 a saída do país do Acordo de Paris. Nesse sentido, o Brasil caminha na mesma direção, ou seja, do não cumprimento das metas estabelecidas no Acordo de Paris.

(Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>)

De acordo com ONGs internacionais de proteção ambiental, estão na base dos principais problemas ambientais brasileiros, entre outros,

- (A) a morosidade na demarcação de terras indígenas e quilombolas no centro-norte do país.
- (B) o corte de subsídios à proteção ambiental doados por países europeus como a Suécia e a Dinamarca.
- (C) a priorização do rodoviarismo em detrimento dos sistemas ferroviário e hidroviário.
- (D) a pequena utilização de fontes de energia limpa como a hidráulica, a biomassa e a nuclear.
- (E) a grilagem de terras e mineração que avançam sobre áreas protegidas, principalmente na Amazônia.



Conhecimento de Informática

19. A Internet oferece grandes benefícios para a sociedade, porém representa uma oportunidade para atividades criminosas, como fraude e roubo de identidade. Para garantir a segurança das informações, é importante tomar medidas para reduzir o seu risco. Com relação a estas medidas, é correto afirmar que
- (A) um *firewall* instalado no computador evitará as ações danosas de intrusos, *hackers* e criminosos, garantindo proteção contra roubo de identidade na Internet.
 - (B) deixar apenas pessoas da família terem acesso ao computador garante que não haja riscos à segurança das informações.
 - (C) abrir fotografias recebidas por *e-mail* não representa risco, já que este tipo de arquivo não pode conter códigos maliciosos.
 - (D) não se deve fornecer informações pessoais solicitadas por quaisquer empresas através de mensagem de *e-mail*.
 - (E) ter um computador com sistema operacional que não seja Windows garante a segurança, pois os criminosos preferem atacar os usuários desta plataforma.
20. A planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2013, em português, mostra as microrregiões com maior aumento na taxa de homicídio entre 2004 e 2014.

	A	B	C	D	E
1	Ranking	UF	Microrregião	População (2014)	Taxa de Homicídio (2014)
2	1	BA	Senhor do Bonfim	308.568	18,2
3	2	BA	Serrinha	447.707	16
4	3	BA	Santo Antônio de Jesus	582.505	41,8
5	4	PB	Cajazeiras	174.671	14,1
6	5	AC	Tarauacá	77.929	22
7					
8		Microrregião:	Cajazeiras		
9		População:	14,1		

Buscando destacar a microrregião com menor taxa de homicídio, na célula C9 foi utilizada uma fórmula que pesquisou no intervalo de células de C2 a E6 pelo valor contido na célula C8 e exibiu o valor correspondente da taxa de homicídio da coluna E (célula E5). A fórmula utilizada foi

- (A) =PROCV(C8;C2:E6;E;VERDADEIRO)
 - (B) =PROCURAR(C2:E6;C8;E3)
 - (C) =PROCH(C8;C2:E6;3;FALSO)
 - (D) =PROCURAR(C8;C2:E6;E)
 - (E) =PROCV(C8;C2:E6;3;FALSO)
21. Quando o computador é ligado, o processador executa instruções da *Read Only Memory* – ROM, acionando um programa contido nessa memória que dá início ao processo de *boot*, ou seja, de reconhecimento dos dispositivos de *hardware* e inicialização do computador. Trata-se do programa chamado
- (A) Sistema Operacional.
 - (B) BIOS.
 - (C) Config.
 - (D) PROM.
 - (E) SETUP.
22. No texto da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Amapá, consta:

§ 1º *Policial Civil é a pessoa legalmente investida de cargo público do Grupo Polícia Civil, em provimento efetivo, com denominação, função e subsídio próprio e número certo.*

§ 2º *É proibida a prestação de serviços gratuitos à Polícia Civil.*

A inserção do caractere § em um texto criado no LibreOffice Writer 5.3, em português, pode ser feita a partir de um clique no menu

- (A) Inserir e na opção Caractere especial.
- (B) Ferramentas e na opção Símbolos.
- (C) Inserir e na opção Símbolo de parágrafo.
- (D) Ferramentas e na opção Caracteres Especiais.
- (E) Página Inicial e na opção Inserir símbolo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Leis Específicas do Amapá**

23. Considere:

- I. Delegado de Polícia.
- II. Bacharel em Direito.
- III. Concursado na carreira ou investido em cargo comissionado.
- IV. Exerce, em matéria de polícia judiciária, poder público para consecução dos fins do Estado.
- V. Integrante da carreira jurídica do Poder Executivo Estadual.

No que se refere à Autoridade Policial, aplicam-se os itens

- (A) I, II e V, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

24. No que se refere às atribuições da Polícia Civil do Estado do Amapá, a Lei Ordinária nº 883/2005 dispõe que

- (A) realiza diligências requisitadas exclusivamente pelo Poder Judiciário nos autos do inquérito policial.
- (B) a expedição de licença para aquisição e porte de armas é de competência da Polícia Federal, ao passo que o controle e a fiscalização das armas cabem à Polícia Civil.
- (C) é vedada a formalização de convênio com entidade de ensino superior que tenha por objeto organizar, executar e manter serviços de estudo, análise, estatística e pesquisa policial da criminalidade e da violência, uma vez que esses dados são sigilosos.
- (D) realiza supervisão, controle e fiscalização dos serviços privados de vigilância e segurança patrimonial, observada a legislação pertinente.
- (E) as atribuições que forem reservadas, legalmente, à Polícia Civil são delegáveis na hipótese de autorização pelo Governador.

25. Considere os seguintes departamentos da Polícia Civil.

- I. Departamento de Inteligência.
- II. Departamento de Polícia Administrativa.
- III. Departamento de Ações Especializadas.
- IV. Departamentos das Centrais Integradas de Operações em Segurança Pública e Unidades de Polícia da Capital e do Interior.

Nos termos da Lei nº 883/2005, esses departamentos integram, respectivamente, órgãos de funções

- (A) estratégicas, estratégicas, estratégicas e tático-operacionais.
- (B) tático-operacionais, tático-operacionais, tático-operacionais e estratégicas.
- (C) tático-operacionais, estratégicas, tático-operacionais e estratégicas.
- (D) estratégicas, tático-operacionais, tático-operacionais e estratégicas.
- (E) estratégicas, estratégicas, tático-operacionais e tático-operacionais.

26. A Polícia Civil do Amapá realizou ações referentes ao tipo criminal ou relativas ao tipo de operações táticas, em que se deu o emprego direto da força legítima e proporcional ao ato de violência que enfrentou. Segundo dispõe a Lei nº 883/2005, essas ações são consideradas

- (A) força-tarefa.
- (B) tipificadas.
- (C) estratégicas.
- (D) especializadas.
- (E) diligenciadas.

27. A Lei nº 66/1993, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais do Amapá, dispõe que a

- (A) primeira promoção na carreira não poderá ocorrer em período inferior a dois anos de efetivo exercício na classe.
- (B) aprovação em concurso público é forma de provimento em cargo público.
- (C) nomeação ocorre somente para cargos efetivos.
- (D) investidura em cargo público ocorre com a nomeação.
- (E) indenização é cabível em qualquer caso de reintegração.



28. Nos termos da Lei nº 66/1993, a posse não realizada no prazo legal
- (A) terá o ato de provimento tornado sem efeito.
 - (B) dependerá da edição de novo ato de provimento para se manter válida.
 - (C) poderá ter o ato de provimento prorrogado no interesse da administração.
 - (D) terá o prazo suspenso no caso de o candidato convocado já ser servidor público estadual.
 - (E) terá o prazo suspenso após realização de inspeção médica oficial.
-
29. Nos termos da Lei nº 66/1993, vacância é a abertura de cargo no quadro de pessoal do Estado, permitindo o preenchimento de cargo vago. É gerador da vacância
- (A) readaptação, aproveitamento e transferência.
 - (B) promoção, nomeação e aproveitamento.
 - (C) readaptação, reintegração e reversão.
 - (D) recondução, transferência e promoção.
 - (E) recondução, promoção e readaptação.
-
30. A Lei nº 66/1993, que estabelece o regramento acerca das licenças que os Servidores Públicos Civis do Estado, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais do Amapá, dispõe que
- (A) o servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 meses.
 - (B) é vedado o exercício de atividade remunerada pelo servidor em licença por motivo de doença em pessoa da família durante o período da licença.
 - (C) a licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro que for deslocado para outra localidade deve ser renovada anualmente.
 - (D) a licença para o serviço militar será obrigatoriamente sem vencimento do cargo, uma vez que receberá importância na qualidade de incorporado.
 - (E) a licença do servidor para atividade política será remunerada durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária como candidato a cargo eletivo, e a véspera de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Noções de Direito Administrativo

31. Um agente fiscal de rendas, responsável pela fiscalização de determinada região, diminuiu as visitas feitas às empresas sob sua responsabilidade, entendendo desnecessária a diligência em se tratando do setor em que atuavam. Passou, ao invés de comparecimento presencial, a entrar em contato com os representantes das empresas e apenas colher declarações sobre a regularidade da situação fiscal das pessoas jurídicas. Ultrapassado um exercício fiscal, a administração superior do ente constatou relevante queda na arrecadação estimada para aquela circunscrição. Instaurada uma auditoria fiscal, verificou-se que as empresas estavam lançando mão de prática irregular fiscal, anotando créditos indevidamente e, reduzindo, com isso, o saldo de imposto a recolher. Em regular processo administrativo foi apurado que o agente fiscal de rendas não promovia diligências externas há mais de um ano. O servidor público
- (A) pode responder por ato de improbidade, tenha agido com culpa ou dolo, na modalidade que atenta contra os princípios da Administração pública, em razão de ofensa aos princípios da legalidade e, em especial, da eficiência.
 - (B) responderá por ato de improbidade desde que haja comprovação de dolo, o que absorverá a responsabilidade disciplinar pela sua conduta em desacordo às normas que estabelecem os deveres dos servidores públicos.
 - (C) deve ser penalmente responsabilizado e, se condenado, poderá ser demandado civilmente a ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos causados, uma vez que há necessidade de preenchimento do requisito subjetivo dolo.
 - (D) pode ser responsabilizado por ato de improbidade, na modalidade que causa prejuízo ao erário, que admite a imposição da sanção independentemente de dolo, bastando culpa, tendo em vista que agiu com negligência no exercício de suas atribuições de fiscalização e arrecadação de tributos.
 - (E) deve ser concomitantemente submetido às instâncias civil, penal e administrativa para apuração de sua conduta, cabendo, em todas as instâncias, a demonstração da autoria e do dolo pelos atos que lhe foram imputados.
-
32. A aquisição e alienação de um imóvel pela Administração pública pode se dar por meio de
- (A) compra e venda, cabendo ao administrador demonstrar as razões de interesse público e desde que seja realizada licitação, independentemente do valor de venda ou aquisição.
 - (B) desapropriação ou venda e compra, nos casos de aquisição, garantindo-se, como regra, prévia e justa indenização em dinheiro no primeiro caso e sendo possível dispensa de licitação na segunda modalidade, bem como licitação para alienação de bens públicos desafetados, observadas as hipóteses de dispensa do certame.
 - (C) desapropriação e licitação, respectiva e obrigatoriamente, garantindo-se indenização na primeira hipótese e, na segunda, o princípio da igualdade com a ampla competição.
 - (D) desapropriação, sob as modalidades direta ou indireta, desde que haja prévia avaliação e em dinheiro, em observância ao princípio da igualdade e respeito ao direito de propriedade.
 - (E) compra para aquisição de bens pela Administração pública, submetendo-se, nesse caso, integralmente ao regime jurídico de direito privado, o que afasta a incidência do regime licitatório, bem como a venda para alienação de bens públicos que, em razão da inalienabilidade, fica restrita a outros entes integrantes da Administração pública de qualquer esfera, permitindo que permaneça afetado ao interesse público.



33. Iniciada nova gestão de determinada Administração pública estadual, o Secretário da Educação, diante da proximidade do término da vigência do contrato de fornecimento de refeições para as unidades escolares de ensino técnico, decidiu elaborar termo de referência com sensíveis alterações em relação à última licitação. De acordo com a motivação, as refeições, que incluíam merenda e almoço, deveriam, obrigatoriamente, basear-se em parâmetros de alimentação saudável, com indicação expressa de itens e categorias cuja inclusão no cardápio era vedada, tais como frituras e produtos industrializados. De outra parte, havia também elenco de categorias e grupos de alimentos obrigatórios, cabendo ao contratado apresentar mensalmente ao administrador o cardápio que seria aplicado no mês subsequente, viabilizando eventuais alterações. O valor do contrato mostrou-se sensivelmente superior ao anteriormente executado, mesmo se considerados reajustes e correção monetária do primeiro. O contratado anterior, não tendo logrado êxito em vencer a nova licitação, impugnou judicialmente e junto ao Tribunal de Contas a licitação, sob o argumento de que a decisão da Administração elevou, de forma desarrazoada, as despesas com o fornecimento de refeições, onerando desnecessariamente os cofres públicos. Sob o prisma do controle externo, a cargo do Judiciário e do Tribunal de Contas,
- (A) cabe analisar a regularidade do procedimento de tomada de decisão pelo administrador, ao qual compete o juízo discricionário na escolha das políticas públicas, de forma que estando justificada a alteração do objeto da licitação e preenchidos os requisitos de legalidade, não procedem as impugnações feitas.
 - (B) pode o Tribunal de Contas exercer o controle sobre a atuação discricionária da Administração pública, razão pela qual, no caso proposto, pode anular o contrato e a licitação operados, determinando a realização de novo certame, com os parâmetros de economicidade.
 - (C) exerce o Judiciário o controle de legalidade sobre os atos da Administração, de modo que, no caso apresentado, pode analisar o mérito da decisão administrativa que reformulou o fornecimento de refeições para as unidades escolares, tendo em vista que acarretou sensível acréscimo nas despesas do ente.
 - (D) cabe a esses órgãos a revisão das decisões da Administração pública sob os aspectos da legalidade e da discricionariedade, razão pela qual podem anular os contratos administrativos que se mostrarem excessivamente onerosos.
 - (E) cabe ao Tribunal de Contas examinar os aspectos de legalidade, discricionariedade, economicidade e oportunidade dos atos e negócios da Administração pública durante o procedimento licitatório, findo o qual o controle de legalidade fica adstrito ao Poder Judiciário, mediante provocação dos eventuais prejudicados.
-
34. Quando o Estado atua no domínio econômico pode fazê-lo
- (A) diretamente, por meio de empresas públicas ou sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração pública indireta mas atuam no mercado em regime de competição com o setor privado.
 - (B) por meio de intervenção direta, seja na propriedade privada, seja regulando o mercado em seus diversos setores, não podendo, contudo, submeter-se a regime jurídico de direito privado quando envolver emprego de recursos públicos.
 - (C) diretamente ou indiretamente, neste caso admitida a modalidade de fomento, incentivando o fortalecimento ou desenvolvimento de determinados segmentos, categorias ou setores de mercado conforme o interesse público, afastada, contudo, qualquer possibilidade de favorecimento.
 - (D) preferencialmente de forma direta em alguns setores da economia, criando pessoas jurídicas de direito público e privado para atuarem em regime de concorrência ou parceria com a iniciativa privada.
 - (E) por meio da prestação de serviços públicos de forma direta, seja pela Administração direta, seja pela indireta, não se incluindo na atuação a delegação dos referidos serviços, hipótese em que o Estado transfere ao particular a responsabilidade pela atuação no domínio econômico.
-
35. Um servidor da Polícia Civil foi submetido a processo disciplinar para apuração de responsabilidade pela prática de infração disciplinar apenada com demissão. Concluídas as fases do processo e proferida a decisão pela demissão do servidor, este demandou o Poder Judiciário, para buscar a anulação do ato administrativo, sob o fundamento de que as provas colhidas no processo não seriam suficientes para demonstrar sua culpabilidade. Afirmou, assim, não ter havido correta aplicação da lei ao caso concreto. A pretensão do servidor
- (A) não procede, tendo em vista que seria necessário ao Poder Judiciário adentrar ao exame de provas no processo disciplinar para que fosse possível a anulação de ato administrativo vinculado.
 - (B) pode ser acolhida pelo Poder Judiciário, que exerce controle integral de legalidade e discricionariedade sobre os atos administrativos, o que autoriza correta análise dos fatos e provas colacionados aos autos e correta aplicação da sanção administrativa.
 - (C) seria admitida pelo Judiciário apenas para a suspensão do processo disciplinar por eventual vício de legalidade durante a tramitação, não sendo possível fazê-lo quando já proferida a decisão administrativa.
 - (D) pode ser procedente caso não tenha decorrido prazo superior a 5 anos, hipótese em que prescreve a possibilidade de revisão dos atos administrativos no âmbito do Poder Judiciário, remanescendo a possibilidade de revisão administrativa.
 - (E) viola a discricionariedade administrativa, que não admite controle judicial, sendo o controle dos vícios de legalidade, conveniência e oportunidade restrito ao poder da Administração pública de rever seus próprios atos.

**Noções de Direito Constitucional**

36. A Constituição Federal de 1988, ao tratar dos direitos e deveres individuais e coletivos,
- (A) assegura-os aos brasileiros residentes no País, mas não aos estrangeiros em trânsito pelo território nacional, cujos direitos são regidos pelas normas de direito internacional.
 - (B) prescreve que a natureza do delito praticado não pode ser critério para determinar o estabelecimento em que a pena correspondente será cumprida pelo réu.
 - (C) atribui ao júri a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, assegurando a plenitude de defesa, a publicidade das votações e a soberania dos veredictos.
 - (D) excepciona o princípio da irretroatividade da lei penal ao permitir que a lei seja aplicada aos crimes cometidos anteriormente a sua entrada em vigência, quando for mais benéfica ao réu, regra essa que incide, inclusive, quando se tratar de crime hediondo.
 - (E) determina que a prática de crime hediondo constitui crime inafiançável e imprescritível.
-
37. A Constituição Federal, ao tratar das competências legislativas dos entes federativos, atribui aos Estados a competência para
- (A) suplementar as normas gerais da União sobre procedimentos em matéria processual, cabendo-lhes, na hipótese de não haver normas gerais da União, exercer a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
 - (B) editar normas específicas sobre direito processual, independentemente de delegação da União, desde que não contrariem as normas gerais editadas pela União nessa matéria.
 - (C) legislar, privativamente, em matéria de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.
 - (D) editar normas específicas sobre emigração e imigração no território do Estado, independentemente de delegação da União, desde que não contrariem a legislação federal nessa matéria.
 - (E) legislar sobre desapropriação, na hipótese não haver lei federal disposta sobre a matéria, sendo que a superveniência da lei federal suspende a eficácia da lei estadual naquilo que lhe for contrário.
-
38. Considere as seguintes afirmações a respeito dos princípios constitucionais da Administração pública:
- I. Viola o princípio da o ato administrativo incompatível com padrões éticos de probidade, decoro e boa fé.
 - II. Atende ao princípio da o agente público que exerce suas atribuições do melhor modo possível, para lograr os melhores resultados para o serviço público.
 - III. Viola o princípio da o ato administrativo praticado com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas.
- Os trechos acima transcritos tratam, respectivamente, dos princípios da
- (A) I – moralidade, II – eficiência e III – impessoalidade.
 - (B) I – moralidade, II – eficiência e III – razoabilidade
 - (C) I – moralidade, II – razoabilidade e III – impessoalidade.
 - (D) I – dignidade da pessoa humana, II – eficiência e III – igualdade.
 - (E) I – dignidade da pessoa humana, II – razoabilidade e III – igualdade.
-
39. De acordo com as prerrogativas e incompatibilidades dos congressistas estabelecidas na Constituição Federal, os Senadores e os Deputados Federais não podem, desde a
- (A) diplomação, ser sócios dirigentes de pessoa jurídica de direito privado, ainda que a empresa não mantenha relação jurídica com entidade de direito público.
 - (B) expedição do diploma, ser presos, salvo em flagrante delito de crime inafiançável, cabendo, nesse caso, à Casa Legislativa respectiva, resolver sobre a prisão.
 - (C) diplomação, ser responsabilizados penal, civil e administrativamente por suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato, desde que as manifestações ocorram na respectiva Casa Legislativa.
 - (D) posse, ser processados pela prática de crimes cometidos após o início do mandato, ficando suspenso o prazo prescricional nesse período.
 - (E) expedição do diploma, sem autorização da respectiva Casa Legislativa, ser processados pela prática de crimes cometidos antes da diplomação.



40. Considere as seguintes atividades:

- I. Policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.
- II. Apuração de crime de furto de equipamentos de propriedade da União.
- III. Proteção de esculturas instaladas em parques municipais.
- IV. Prevenção à prática de crimes de contrabando e descaminho.

De acordo com a Constituição Federal, essas atividades são atribuições das

- (A) I – polícia militar; II – polícia federal; III – polícia militar; IV – polícia civil.
- (B) I – guarda municipal; II – polícia federal; III – guarda municipal; IV – polícia militar.
- (C) I – polícia federal; II – polícia civil; III – polícia militar; IV – polícia militar.
- (D) I – polícia militar; II – polícia federal; III – guarda municipal; IV – polícia federal.
- (E) I – polícia militar; II – polícia federal; III – polícia civil; IV – polícia federal.

Noções de Direito Penal

41. Mário e Mauro combinam a prática de um crime de furto a uma residência. Contudo, sem que Mário saiba, Mauro arma-se de um revólver devidamente municiado. Ambos, então, ingressam na residência escolhida para subtrair os bens ali existentes. Enquanto Mário separava os objetos para subtração, Mauro é surpreendido com a presença de um dos moradores que, ao reagir a ação criminosa, acaba sendo morto por Mauro. Nesta hipótese

- (A) Mário e Mauro responderão pela prática de latrocínio.
- (B) Mário e Mauro responderão pela prática de furto.
- (C) Mário responderá pela prática de furto simples e Mauro responderá pela prática de furto qualificado.
- (D) Mário responderá apenas pelo furto e Mauro responderá pela prática dos crimes de porte ilegal de arma de fogo, furto e homicídio.
- (E) Mário responderá pela prática de furto e Mauro pelo crime de latrocínio.

42. Nilson, na companhia de sua namorada, Ana Paula, ambos maiores e capazes, subtraem a quantia de R\$ 200,00 da carteira do avô de Nilson que, na data do furto, contava 62 anos de idade. Diante da situação hipotética apresentada,

- (A) Nilson ficará isento de pena, em razão do crime ter sido praticado contra seu ascendente. Contudo, tal isenção não alcançará Ana Paula.
- (B) haverá isenção da pena para Nilson, circunstância que também alcançará sua namorada Ana Paula.
- (C) Nilson e Ana Paula responderão pelo crime de furto qualificado, não incidindo a isenção de pena para nenhum dos agentes.
- (D) Nilson responderá por furto qualificado, enquanto que Ana Paula responderá por furto simples.
- (E) a responsabilização penal de Nilson e Ana Paula dependerá de queixa-crime.

43. Com base no texto da Lei nº 9.605/1998, considere:

- I. É circunstância que agrava a pena dos delitos ambientais, quando não constitui ou qualifica o crime ter o agente cometido a infração facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.
- II. No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.
- III. Pescar mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante é crime punido com detenção.
- IV. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção é crime punido com reclusão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

44. Patrícia, ao visitar seu companheiro Jorge, que cumpre pena em regime fechado pela prática de crime de roubo, tenta ingressar no estabelecimento prisional trazendo consigo um aparelho de telefone celular que seria entregue a Jorge, ocasião em que é surpreendida pelos agentes penitenciários no momento da revista. Considerando a situação hipotética,

- (A) o fato praticado por Patrícia é atípico.
- (B) Patrícia não praticou qualquer crime.
- (C) Patrícia não praticou qualquer crime. Jorge, contudo, praticou falta grave prevista na Lei de Execuções Penais.
- (D) Patrícia, embora tenha praticado fato típico, previsto no Código Penal, por ser companheira de Jorge, é isenta de pena.
- (E) o fato praticado por Patrícia é crime punido com detenção.



45. Constituem contravenções penais previstas no Decreto-Lei nº 3.688/1941:

- I. Mendigar, por ociosidade ou cupidez.
- II. Praticar vias de fato contra alguém.
- III. Servir bebidas alcoólicas a criança ou adolescente.
- IV. Fingir-se funcionário público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

Noções de Direito Processual Penal

46. Sobre o mandado de prisão, é correto afirmar que

- (A) declarará o valor da fiança arbitrada, quando afiançável a infração.
- (B) dispensa a menção à infração penal em casos de crime hediondo.
- (C) deve ser dirigido à pessoa que será presa.
- (D) prescinde da designação da pessoa que tiver que ser presa, podendo ser complementada após a efetivação da prisão.
- (E) deve ser lavrado pelo Delegado de Polícia.

47. Incumbe à autoridade policial:

- (A) presidir a instrução processual penal.
- (B) realizar as diligências requisitadas pelo Ministério Público.
- (C) citar e intimar o réu e as testemunhas.
- (D) promover a ação penal pública.
- (E) decretar a prisão preventiva.

48. Sobre a competência no processo penal, é correto afirmar:

- (A) Será determinada, de regra, pelo lugar do primeiro ato de execução criminosa.
- (B) O direito brasileiro desconhece a figura da competência pelo domicílio ou residência do réu, pois regula-se pelo lugar do crime.
- (C) A competência será determinada pela continência quando duas pessoas forem acusadas pelo mesmo crime.
- (D) Apenas os crimes dolosos contra a vida podem ser julgados pelo Tribunal do Júri.
- (E) Se na mesma circunscrição judiciária houver mais de um juiz igualmente competente para determinado crime, prevalece o critério da antiguidade na carreira.

49. Sobre a prisão em flagrante é correto afirmar que

- (A) inexistente dever da autoridade policial comunicar a prisão à família do preso, constituindo mera liberalidade quando realizada.
- (B) da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- (C) o auto de prisão em flagrante deve ser comunicado ao juiz competente em até 48 horas após a realização da prisão.
- (D) a pessoa que for encontrada, logo depois, com instrumentos e objetos que façam presumir ser ele o autor do crime, a autoridade policial deve representar pela prisão preventiva, pois o flagrante delito já se esvaiu no tempo.
- (E) a falta de testemunhas do crime impede a realização do auto de prisão em flagrante.

50. Segundo o Código de Processo Penal, é cabível a prisão domiciliar quando o agente for

- (A) mulher com netos até 12 anos.
- (B) maior de 70 anos.
- (C) mulher com mais de 60 anos.
- (D) homem com filho adolescente.
- (E) mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos.



REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo 8: 8.4 Na Prova de Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de uma única proposta, sobre assunto de interesse geral. 8.6 Será atribuída nota ZERO à Prova de Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 8.7 Na Prova de Redação, a folha para rascunho do Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela banca examinadora. 8.8 Na Prova de Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 8.9 A Prova de Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação. @carla_gabola

Texto I

O smartphone para os jovens da geração entre 17 e 30 anos é tão importante quanto um plano de saúde e, entre as prioridades, o dispositivo perde apenas para a casa própria.

(Adaptado de: COVRE, Raísa. Disponível em: www.conarec.com.br)

Texto II

O tempo que os jovens passam assistindo a vídeos na internet vem crescendo em maiores proporções, enquanto a televisão recebe cada vez menos atenção.

(Adaptado de: MARTÍN, María. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>)

Desenvolva um texto dissertativo-argumentativo expondo sua opinião acerca da temática apresentada acima. Justifique seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	